

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, SOB REGIME DE GARANTIA FIRME, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2012

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 04 (quatro) dias do mês de maio de 2012, às 15h15 (quinze horas e quinze minutos), na sede da Companhia na Rodovia Miguel Noel Nascentes Burnier, Km 2,5 na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

2. CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, da terceira emissão da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.172.213/0001-51, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Debêntures", "Debenturistas", "Terceira Emissão" e "Companhia", respectivamente), nos termos do artigo 124, *caput*, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

3. PRESENÇA: (i) Banco do Brasil S/A representando a totalidade das debêntures em circulação emitidas pela Companhia nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Companhia Piratininga de Força e Luz, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP ("JUCESP") sob o n.º ED000520-4/000, em 28 de abril de 2010 ("Escritura de Emissão"). A presente assembleia contou, ainda, com a presença de (ii) Arthur Brandi Sobrinho, brasileiro, casado, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, n.º 333, 9º andar, portador do RG n.º 5.198.74 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 596.779.888-91, na qualidade de agente fiduciário da Terceira Emissão ("Agente Fiduciário"), (iii) da CPFL Energia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, na qualidade de garantidora da Terceira Emissão ("Garantidora"), bem como da (iv) Companhia Emissora.

4. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Sr. Sérgio Augusto Luciano; Secretário: Arthur Brandi Sobrinho .

5. ORDEM DO DIA: (i) deliberação a respeito da alteração da Cláusula 4.13.1 (n) da Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Escritura"), para que esta a vigorar com a redação descrita a seguir; e (ii) autorização ao Agente Fiduciário para a celebração do primeiro aditamento à Escritura.

“Cláusula 4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. a 4.13.6. abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, a partir de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses:

(...)

(n) não observância pela Garantidora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, ao final de 2 (dois) semestres consecutivos, dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão verificados pelo Agente Fiduciário com base em demonstrativo elaborado pela Garantidora ao final de cada semestre do ano civil, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do cálculo, devendo tal demonstrativo ser entregue ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das demonstrações financeiras da Garantidora relativas ao respectivo semestre (“Índices Financeiros”):

(i) relação entre a Dívida Líquida verificada ao final de cada semestre do ano civil da Garantidora e o EBITDA da Garantidora dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil menor ou igual a 3,75 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como “Dívida Líquida” a soma dos valores relativos a (1) empréstimos e financiamentos; (2) saldo líquido de operações swaps, futuros e opções relacionadas a taxas de juros e de câmbio; e (3) dívidas resultantes de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures, notas promissórias comerciais e/ou bonds ou notes da Garantidora no Brasil ou no exterior, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Garantidora, estando excluída deste cálculo a dívida com a Fundação Cesp (“Funcesp”) e considera-se como “EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) da Garantidora, (1) o lucro da Garantidora antes de juros, tributos, amortização e depreciação, ajustados com os ativos e passivos de CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela “A” – Sobrecontratação e Neutralidade dos Encargos Setoriais, divulgados em Nota explicativa das demonstrações financeiras da Garantidora (mas não nas informações financeiras trimestrais), calculados conforme regulamentação do setor, no período de 12 (doze) meses anteriores ao final de cada semestre do ano civil, e (2) em caso de aquisição(ões) será(ão) considerado(s) para fins de cálculo do EBITDA da Garantidora, de acordo com a definição do item (i) acima, o(s) EBITDA(s) gerado(s) no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil pela(s)

empresa(s) adquirida(s) ("EBITDA Histórico"); e

(ii) relação entre EBITDA da Garantidora e Resultado Financeiro da Garantidora maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro" da Garantidora, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada semestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo não será considerado para cálculo. Estão excluídos destes cálculos os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à Funesp, bem como as variações cambiais e monetárias sobre as dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Garantidora, mas apenas registro contábil.

Para fins do cálculo a que se referem os itens (i) e (ii) acima, a Garantidora deverá (a) consolidar, em seus números, os resultados e os itens do balanço patrimonial de todas as sociedades em que detenha participação acionária igual ou superior a 10% (dez por cento), de forma proporcional à participação por ela detida no capital das referidas sociedades, independentemente da forma de apresentação das demonstrações financeiras do respectivo semestre da Garantidora à CVM, e (b) apresentar relatório contendo memória de cálculo de tais números, devidamente auditado por empresa de auditoria independente registrada na CVM, até a liquidação de todas as obrigações assumidas na Escritura de Emissão."

6. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: (i) dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral de Debenturistas, uma vez que são do inteiro conhecimento dos presentes; (ii) as declarações de votos, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

7. DELIBERAÇÕES: As matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e votação, tendo o único Debenturista titular da totalidade das Debêntures em circulação (i) aprovado os termos e condições propostos para o primeiro aditamento à Escritura; e (ii) autorizado o Agente Fiduciário para celebração do primeiro aditamento à Escritura refletindo tais termos e condições.

8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, lida e achada

conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes: Banco do Brasil S.A. (Debenturistas); Arthur Brandi Sobrinho (Agente Fiduciário); CPFL Piratininga de Força e Luz e CPFL Energia S.A.

Campinas (SP), 04 de maio de 2012.

Sérgio Augusto Luciano Vilela de Souza
Presidente da Mesa

Arthur Brandi Sobrinho
Secretário da Mesa

Agente Fiduciário

Arthur Brandi Sobrinho

Banco do Brasil

CPFL Piratininga de Força de Luz

CPFL Energia
